

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Icatu Capitalização S.A. apresentou faturamento de R\$ 827 milhões no exercício de 2010. As provisões técnicas atingiram R\$ 1,5 bilhão, evolução de 18% em relação ao final de 2009. A Companhia distribuiu em forma de sorteios R\$ 55 milhões aos seus clientes. O lucro líquido atingiu o montante de R\$ 58 milhões e o patrimônio líquido R\$ 173 milhões, após distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 87 milhões. As reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos

da Circular SUSEP nº 379/2008, alterada pela Circular SUSEP nº 385/2009. A Icatu Seguros Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo apoio recebido. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011. * Faturamento = Receita Bruta com Títulos – Deduções sobre Receita Bruta.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO	2009	2009
	Reela- borado	Reela- borado
2010	2010	2010
CIRCULANTE	1.489.206	1.317.043
DISPONÍVEL	9.454	2.650
Caixa e Bancos.....	9.454	2.650
APLICAÇÕES (Nota 4)	1.428.204	1.273.306
Títulos de Renda Fixa.....	331.398	255.443
Quotas de Fundos de Investimentos.....	1.097.044	1.018.079
(-) Provisão para Desvalorização.....	(238)	(216)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	14.833	4.027
Créditos das Operações de Capitalização.....	14.837	4.031
(-) Provisão para Riscos de Créditos.....	(4)	(4)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8.965	24.243
Títulos e Créditos a Receber.....	8.585	8.137
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 5).....	170	14.866
Outros Créditos.....	219	1.249
(-) Provisão para Riscos de Créditos.....	(9)	(9)
DESPESAS ANTECIPADAS	27.750	12.817
Operacionais (Nota 6).....	27.733	12.800
Administrativas.....	17	17
ATIVO NÃO CIRCULANTE	319.692	304.318
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	218.337	207.352
APLICAÇÕES (Nota 4)	199.704	166.000
Títulos de Renda Fixa.....	196.245	166.212
Outras Aplicações.....	3.514	-
(-) Provisão para Desvalorização.....	(55)	(212)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	18.633	14.317
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 5).....	6.256	4.413
Depósitos Judiciais e Fiscais (Nota 12).....	12.377	9.904
DESPESAS ANTECIPADAS	-	27.733
Operacionais (Nota 6).....	-	27.733
PERMANENTE	101.335	96.268
INVESTIMENTOS (Nota 7)	89.314	84.399
Participações Societárias.....	89.314	84.365
Outros Investimentos.....	879	879
(-) Provisão para Desvalorização.....	(879)	(845)
IMOBILIZADO (Nota 8)	6.375	6.818
Bens Móveis.....	15.513	14.394
Outras Imobilizações.....	9.618	9.111
(-) Depreciação.....	(18.756)	(16.687)
INTANGÍVEL (Nota 9)	5.554	4.808
Marcas e Patentes.....	111	111
Softwares.....	11.154	9.169
(-) Amortizações.....	(5.711)	(4.472)
DIFERIDO	112	243
Despesas de Organização, Implantação e Instalação.....	2.250	2.250
(-) Amortizações.....	(2.138)	(2.007)
TOTAL DO ATIVO	1.808.898	1.621.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	62.525	34.000	631	12.606	64.091	(111)	-	173.742
Aprovação de Aumento de Capital Conforme Portaria SUSEP/DECON nº 932 de 29.01.2009.....	34.000	(34.000)	-	-	-	-	-	-
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	11.734	-	11.734
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo.....	-	-	-	-	-	-	1	1
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	65.651	65.651
Destinação do Lucro Líquido								
Constituição Reserva Legal.....	-	-	-	3.283	-	-	(3.283)	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	(55.368)	(55.368)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	96.525	-	631	15.889	64.091	11.624	(1.047)	188.760
Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 13).....	-	-	-	-	-	-	(1.047)	(1.047)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 REELABORADO	96.525	-	631	15.889	64.091	11.624	(91.047)	187.713
Ajustes de Exercícios Anteriores - Reflexo.....	-	-	-	-	-	-	(27)	(27)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	12.991	-	12.991
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo.....	-	-	-	-	-	-	1.123	1.123
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	58.128	58.128
Destinação do Lucro Líquido								
Constituição Reserva Legal.....	-	-	-	2.906	-	-	(2.906)	-
Constituição Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	27.299	-	(27.299)	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(10.849)	(10.849)
Dividendos.....	-	-	-	-	(60.000)	-	(16.000)	(76.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	96.525	-	631	18.795	31.390	25.738	-	173.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Icatu Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, vigentes em 2009, conforme previsto na Circular SUSEP nº 408, de 23 de agosto de 2010. Esta Circular prevê que as demonstrações financeiras individuais referentes às datas-base de 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2010 sejam preparadas de acordo com as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram apreciadas e aprovadas, pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2011.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Sociedade são: **3.1 Aplicações:** As aplicações financeiras são registradas e avaliadas segundo os seguintes critérios e classificações: (I) Títulos para negociação - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, ajustados aos seus respectivos valores de mercado e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações ou desvalorizações são contabilizados no resultado do período; (II) Títulos disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores de mercado, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores de mercado não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido; e (III) Títulos mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período. **3.2 Créditos Tributários:** Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são constituídos mediante a aplicação das alíquotas vigentes nas datas dos balanços sobre as diferenças temporárias. **3.3 Investimentos:** As participações acionárias em controladas e em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial encontram-se contabilizados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de provisão para desvalorização. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado está contabilizado ao custo de aquisição, líquido da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a. **3.5 Intangível:** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, em até cinco anos. **3.6 Diferido:** O ativo diferido foi extinto pela Lei nº 11.941/09. O saldo apresentado no ativo da Sociedade corresponde aos itens que, pela sua natureza, não puderam ser alocados a outro grupo de contas, e que permanecerão sob essa classificação até sua completa amortização (previsão dada pelo artigo 38 da Lei nº 11.941/09). O ativo diferido está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com despesas de instalações.

As amortizações são calculadas pelo método linear, em até cinco anos. **3.7 Provisões Técnicas:** **3.7.1 Provisão Matemática para Resgates:** A provisão matemática para resgates representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, líquidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros prevista no plano aprovado e da taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança (TR). **3.7.2 Provisão para Resgates de Títulos Vencidos e Antecipados:** A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates a serem pagos até a data-base do balanço. **3.7.3 Provisão para Sorteios a Realizar:** A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data dos balanços mensais ainda não foram realizados. Corresponde à diferença entre o valor atual das despesas futuras com sorteios de cada título, referentes aos sorteios a serem realizados, e das receitas futuras de cada título para custeio dos sorteios (quotas de sorteio). **3.7.4 Provisão de Sorteios a Pagar:** A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do balanço. **3.7.5 Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão para despesas administrativas é constituída para cobrir as despesas futuras de administração e operação dos planos, sendo apurada para os títulos de pagamento único e de pagamento mensal que não cobram carregamento em todas as parcelas, considerando as premissas de persistência, de custo administrativo/operacional unitário do título e da taxa de juros de 0,5% ao mês. **3.7.6 Provisão para Contingências:** A provisão para contingências é constituída para a distribuição de bônus, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para resgates. **3.7.7 Prescrição de Títulos:** Atendido o que disciplina o Código Civil, a Sociedade adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos. **3.8 Provisões Judiciais:** As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Sociedade adota o procedimento de provisionar a totalidade das provisões de naturezas cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda foi considerada provável. As provisões de natureza trabalhista, cíveis e fiscais estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. Os questionamentos fiscais estão contabilizados na rubrica "Outras Obrigações a Pagar", no passivo não circulante e atualizado monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que, historicamente, são imputados às causas considerando sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC. **3.9 Receita de Capitalização:** A receita com títulos de capitalização é contabilizada por ocasião do seu efetivo recebimento. **3.10 Despesas com Sorteio:** As despesas com títulos sorteados são contabilizadas no mês em que ocorrem os sorteios. **3.11 Despesas com Comercialização:** As despesas de comercialização com títulos de capitalização são contabilizadas quando incorridas. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder a R\$ 240.00 no ano. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre as bases tributáveis. **3.13 Uso de Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, das provisões técnicas e das provisões judiciais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	2010	2009
	2010	2009
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	794.739	784.673
Receita Bruta com Títulos de Capitalização.....	831.762	814.830
Deduções sobre a Receita Bruta.....	(5.105)	(6.788)
Variações das Provisões Técnicas.....	(31.918)	(23.369)
DESPESAS COM TÍTULOS RESGATADOS E SORTEADOS	(670.253)	(653.290)
Despesas com Resgates.....	(614.994)	(597.017)
Despesas com Sorteios.....	(55.259)	(56.273)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 17)	(74.092)	(75.215)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 17)	(789)	4.577
Outras Receitas Operacionais.....	13.098	15.519
Outras Despesas Operacionais.....	(13.887)	(10.942)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 17)	(85.154)	(62.468)
DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 17)	(8.573)	(8.119)
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 17)	76.267	66.170
Receitas Financeiras.....	169.659	159.232
Despesas Financeiras.....	(93.392)	(93.062)
RESULTADO PATRIMONIAL	32.177	28.927
Receitas/Despesas com Imóveis de Renda.....	-	1
Ajustes de Investimentos em Controladas e Coligadas (Nota 7).....	32.211	28.926
Outras Receitas/Despesas Patrimoniais.....	(34)	-
RESULTADO OPERACIONAL	64.322	85.255
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	(42)	(346)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	64.280	84.909
Imposto de Renda (Nota 19).....	(7.063)	(12.644)
Contribuição Social (Nota 19).....	(4.694)	(7.171)
Participações sobre o Resultado.....	(5.244)	(6.443)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	47.279	58.651
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio (JSCP).....	10.849	7.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	58.128	65.651
Quantidade de Ações.....	417.994.227	417.994.227
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$.....	0,14	0,16
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de receitas com títulos de capitalização e outras.....	778.518	778.932
Outros recebimentos operacionais.....	18.608	24.534
Pagamentos de sorteios, resgates, comissões e outros.....	(565.158)	(631.547)
Pagamentos de despesas e obrigações.....	(69.820)	(66.337)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais.....	(322)	(322)
Outros pagamentos operacionais.....	(7.852)	(24.152)
Recebimentos de Juros e Dividendos.....	27.289	20.033
Constituição de Depósitos Judiciais.....	(1.808)	(5.878)
Pagamentos de Participações nos Resultados ..	(8.985)	(8.237)
Caixa Gerado pelas Operações	170.470	87.026
Impostos e Contribuições Pagos.....	(18.216)	(54.942)
Juros Pagos.....	(100)	(1.407)
Investimentos financeiros.....	(790)	40.354
Aplicações.....	(2.116.339)	(1.601.382)
Vendas e resgates.....	2.112.991	1.639.015
Rendimentos Recebidos.....	2.558	2.721
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	151.364	71.031
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente	(4.091)	(4.504)
Imobilizado.....	(1.990)	(1.120)
Intangível.....	(2.101)	(3.384)
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente:	121	6
Imobilizado.....	121	6
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(3.970)	(4.498)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.....	(140.590)	(72.673)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(140.590)	(72.673)
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.804	(6.140)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.650	8.790
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	9.454	2.650
DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(47.031)	(5.853)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

4. APLICAÇÕES
4.1 Instrumentos Financeiros: A Sociedade gerencia a sua exposição a riscos através de uma estrutura especializada, e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas. As estratégias de investimentos são definidas por um Comitê de Investimentos, formado por representantes dos acionistas, diretores, gestores e analistas de crédito e de risco. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e de descasamento. (a) Risco de Mercado – Para o gerenciamento do risco de mercado são utilizados os conceitos de *Value at Risk (V@R)* e de simulação de carteiras, ou *Stress Tests*. O *V@R* é utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos, dado um determinado horizonte de tempo. Os *Stress Tests* complementam as estimativas de exposição, considerando situações extremas. As posições das carteiras de investimentos são precificadas, diariamente, aplicando-se cenários adversos, definidos pelo Comitê de Investimentos, bem como reproduzindo crises históricas de grande impacto no mercado financeiro. Desta forma, a exposição da carteira de investimentos é constantemente monitorada, permitindo ações preventivas, se necessário; (b) Risco de Crédito – A Sociedade conta com uma área de análise de crédito estruturada para analisar a exposição ao risco de crédito advinda de seus investimentos. São efetuadas análises cadastrais das instituições financeiras, bem como análises econômico-financeiras, considerando-se uma série de parâmetros pré definidos; (c) Risco de Liquidez – O risco de liquidez é administrado através de uma criteriosa seleção de ativos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos. Para investimentos em ações, o risco é monitorado através do volume histórico de negociação de cada ação, ponderado o seu peso dentro da carteira formada. A liquidez dos ativos de renda fixa públicos é monitorada por meio de constante contato com o mercado, bem como através da avaliação do estoque da dívida do Tesouro Nacional. Para os títulos privados, a liquidez é monitorada através das instituições financeiras coordenadoras e pela análise do estoque da dívida do emissor; (d) Risco de Descasamento – O monitoramento do risco de descasamento entre ativos e passivos (*Asset Liability Management – ALM*) tem como objetivo minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos da Sociedade em relação aos seus passivos. A partir de uma análise detalhada e constante das provisões técnicas, é constituída a carteira de investimentos adequada à sua cobertura, levando-se em consideração sua duração média, indexadores e fluxos de pagamento. **4.2 Derivativos: 4.2.1 Política de Utilização:** A política de utilização de

4.2.4 Posição dos Contratos Futuros: Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos representados por contratos futuros negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F):

2010							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	jan/12	CDI	13	89.213,58	1.160	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jul/11	CDI	202	94.656,06	19.121	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jul/12	CDI	283	84.085,38	23.796	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	out/11	CDI	238	91.831,12	21.856	Hedge papel pré fixado
FUT IND	Comprado	fev/11	FUT IND	12	70.050,00	841	Hedge Índice
OPD DOL - PUT	Vendido	jan/11	OPD DOL 1.60	22	426,88	9	
OPD DOL - PUT	Comprado	jan/11	OPD DOL 1.65	22	1.200,62	26	

Swap - Fundo Exclusivo ICAP Soberano

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial Em R\$ mil	Valor Ativo Em R\$ mil	Valor Passivo Em R\$ mil	Apropriação Acumulada Em R\$ mil
14/8/2009	14/8/2014	CDI	TR + 10,1241%	50.000	56.706	51.583	97
14/8/2009	15/8/2011	CDI	TR + 11,423%	80.000	90.834	90.574	260
14/8/2009	18/2/2013	CDI	TR+ 10,4175%	70.000	79.273	79.252	21

Swap - Fundo Exclusivo BNP Aplicap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial Em R\$ mil	Valor Ativo Em R\$ mil	Valor Passivo Em R\$ mil	Apropriação Acumulada (2.040)
01/10/2010	03/1/2011	IGPM	CDI	420.487	431.079	433.119	

2009							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	jan/10	CDI	63	99.934,47	6.296	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	jul/10	CDI	19	95.719,61	1.819	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jul/11	CDI	42	85.143,20	3.576	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	jan/10	CDI	93	99.934,47	9.294	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	jan/11	CDI	27	90.461,89	2.442	Hedge papel pré fixado
DOL	Vendido	fev/10	DOL	19	21,50	0	
DOL	Comprado	fev/10	DOL	19	123,50	2	

Swap - Fundo Exclusivo ICAP Soberano

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial Em R\$ mil	Valor Ativo Em R\$ mil	Valor Passivo Em R\$ mil	Apropriação Acumulada Em R\$ mil
14/8/2009	14/8/2014	CDI	TR + 9,33%	50.000	52.899	51.583	1.316
14/8/2009	15/8/2011	CDI	TR + 9,20%	80.000	83.685	82.533	1.152
14/8/2009	18/2/2013	CDI	TR + 9,34%	70.000	73.540	72.217	1.323

4.3 Composição das Aplicações Financeiras: Em 31 de dezembro, as aplicações financeiras são compostas como se segue:

Descrição	2010		2009	
	Custo Corrigido	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Ganhos/(Perdas) não realizados
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	322.664	-	322.664	-
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	303.414	-	303.414	-
Categoria I - Títulos para Negociação	626.078		626.078	
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	427.260	43.706	470.966	19.993
Debêntures de Distribuição Pública.....	-	-	-	102
Letras Financeiras do Tesouro.....	143.708	(238)	143.470	72.422
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB.....	187.690	-	187.690	172.573
Outros Títulos de Renda Fixa.....	-	-	-	10.130
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	758.658	43.468	802.126	19.777
Total no Circulante	1.384.736	43.468	1.428.204	19.777
Quotas de Fundos de Investimentos- Exclusivos Bloqueio Judicial.....	3.514	-	3.514	-
Categoria I - Títulos para Negociação	3.514		3.514	
Letras Financeiras do Tesouro.....	134.856	(55)	134.801	124.229
Notas do Tesouro Nacional.....	562	-	562	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	10.147	-	10.147	-
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB.....	43.568	-	43.568	5.326
Debêntures de Distribuição Pública.....	7.112	-	7.112	1.097
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	196.245	(55)	196.190	(212)
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	35.560
Categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	35.560
Total no Não Circulante	199.759	(55)	199.704	(212)

Os valores de mercado dos títulos de renda fixa públicos foram obtidos a partir dos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das quotas de fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A Sociedade possui certificados de depósitos bancários e debêntures, pós-fixados e garantia especial, desta forma, os valores de mercado são iguais aos valores de custo corrigido. A contrapartida do montante de R\$12.991, referente ao ganho não realizado no período entre 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi registrada na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. A Sociedade deliberou pela não comercialização de produtos de capitalização com parcelas reajustáveis pelo IGPM a partir de Março de 2009. O processo de run-off desta Carteira não justifica a manutenção de ativos indexados ao IGPM. Logo, o Comitê de Investimentos pela realização dos ativos mantidos a vencimento. O impacto no resultado foi de R\$ 4.501. Os vencimentos dos títulos e valores mobiliários, exceto fundos de investimentos exclusivos e não exclusivos, estão distribuídos da seguinte forma:

Até 1 ano	2010		2009	
	Custo Corrigido	Valor de Mercado	Custo Corrigido	Valor de Mercado
Até 1 ano.....	331.398	331.160	255.443	255.227
De 1 a 5 anos.....	190.074	190.019	130.652	130.440
Acima de 5 anos.....	6.171	6.171	35.560	35.560
Total	527.643	527.350	421.655	421.227

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos da seguinte forma:

Notas do Tesouro Nacional	2010		2009	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento
Notas do Tesouro Nacional.....	-	123.080	350.616	473.696
Letras Financeiras do Tesouro.....	26.856	93.519	-	120.375
Letras do Tesouro Nacional.....	9.041	152.948	-	161.989
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB.....	1.612	13.872	1.306	16.790
Debêntures de Distribuição Pública.....	1.503	8.958	175	10.636
Quotas Fundos Investimentos Direito Creditório.....	883	-	-	883
Outras Aplicações.....	9.094	-	-	9.094
Outros Ativos (Passivos).....	-	-	-	167
	48.989	392.377	352.097	167

6. DESPESAS ANTECIPADAS - OPERACIONAIS

Em dezembro de 2007 a Icatu Capitalização S.A. venceu o leilão promovido pelo Banco Nossa Caixa S. A. adquirindo o direito de uso exclusivo da rede de atendimento do banco para venda de produtos de capitalização pelos 5 anos seguintes. Pelo direito de exploração do balcão, a Icatu Capitalização S.A. desembolsou o montante de R\$ 64.000, que foram contabilizados na rubrica "Despesas Antecipadas – Operacionais", segregados entre circulante e não circulante. Este

7. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações		% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	2010	2009					2010	2009	2010	2009
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	3.316.721	-	100,00%	3.699	6.330	554	6.330	5.793	554	642
Caixa Capitalização S.A.....	1.958	-	24,50%	150.000	330.763	128.829	81.037	76.718	31.563	28.166
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda [a].....	-	2.475	0,03%	7.245	2.828	(529)	1	1	-	-
Icatu Consultoria Ltda.....	-	48.570	99,01%	521	1.859	95	1.840	1.747	94	118
Investimento no Exterior [b].....	-	-	-	-	-	-	106	106	-	-
Total das Participações Acionárias							89.314	84.365	32.211	28.926
Incentivos Fiscais.....	-	-	-	-	-	-	879	879	-	-
(-) Provisão para Desvalorização.....	-	-	-	-	-	-	(879)	(845)	(34)	-
Total de Investimentos							89.314	84.399	32.177	28.926

[a] Avaliado pelo método de Equivalência Patrimonial, em virtude da sua controladora Icatu Seguros S.A. possuir um percentual de participação de 99,97%

[b] Avaliado pelo custo.

A Sociedade possui participação acionária direta na Caixa Capitalização S.A., cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. O investimento nessa Sociedade, em 31 de dezembro de 2010, corresponde a 4,48% (4,74% em 2009) do ativo total da Icatu Capitalização S.A. e o resultado de equivalência patrimonial, contabilizado sob a rubrica "Ajustes de Investimentos em Controladas e Coligadas", corresponde a 66,76% (48,02% em 2009) do lucro líquido do exercício da Sociedade, antes da reversão dos juros sobre capital próprio. Para o cálculo do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Apresentamos, a seguir, a movimentação dos investimentos em subsidiárias da Sociedade:

	2010					Saldo em 31/12/2009	Ajuste de Exercícios Anteriores	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
	Saldo em 31/12/2009	Ajuste de Exercícios Anteriores	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial						
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	5.793	(27)	-	10	554	6.330	-	-	-	-	6.330
Caixa Capitalização S.A.....	76.718	-	(28.357)	1.113	31.563	81.037	-	-	-	-	81.037
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda.....	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Icatu Consultoria Ltda.....	1.746	-	-	-	94	1.840	-	-	-	-	1.840
Investimento no Exterior.....	106	-	-	-	-	106	-	-	-	-	106
Total	84.364	(27)	(28.357)	1.123	32.211	89.314					89.314

8. ATIVO IMOBILIZADO

	2010				2009	
	Taxa Anual de Depreciação (%)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos.....	10	13.283	(9.494)	3.789	4.316	4.316
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	10	2.230	(1.091)	1.139	955	955
Veículos.....	20	-	-	-	75	75
Bens Móveis		15.513	(10.585)	4.928	5.346	5.346
Benefeitorias em Imóveis de Terceiros.....	20	9.618	(8.171)	1.447	1.472	1.472
Outras Imobilizações		9.618	(8.171)	1.447	1.472	1.472
Total		25.131	(18.756)	6.375	6.818	6.818

9. ATIVO INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para uso interno, classificados como Softwares, Projetos e Marcas e Patentes, conforme demonstrado abaixo:

	2010		2009	
	Taxa Anual de Depreciação (%)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Softwares.....	20	11.154	(5.711)	5.443
Marcas e Patentes.....	-	111	-	111
Total		11.265	(5.711)	5.554

(*) as operações compromissadas correspondem a aplicações em LFT, NTN e Debêntures.

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Circulante		Não Circulante	
	2010	Reelaborado 2009	2010	Reelaborado 2009
Imposto de Renda Diferido	-	562	-	2.685
Diferenças Temporárias.....	-	562	-	3.726
Contribuição Social Diferida	-	367	-	1.728
Base Negativa.....	-	-	-	-
Diferenças Temporárias.....	-	367	2.530	1.728
Impostos a Recuperar	170	13.937	-	-
Imposto de Renda.....	75	8.607	-	-
Contribuição Social.....	44	5.262	-	-
COFINS.....	40	52	-	-
PIS.....	11	16	-	-
Total	170	14.866	6.256	4.413

Com a adoção do CPC 32, o total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo não circulante.

montante está sendo apropriado de forma linear pelo período de 60 meses a partir de março de 2008, data de início da comercialização dos produtos de capitalização.

Transferimos do ativo não circulante para o ativo circulante o total de R\$21.333, devido à aquisição das ações do Banco Nossa Caixa S.A. por parte do Banco do Brasil S.A., No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o total apropriado ao resultado correspondeu a R\$ 12.800 (R\$12.800 em 2009).

10. PROVISÕES TÉCNICAS

	Saldos em 31/12/2009		Amortizações/ Prescrições		Atualização Monetária		Saldos em 31/12/2010	
	Constituições	Prescrições	Constituições	Prescrições	Monetária	Monetária	Saldos em 31/12/2009	
Provisão Matemática para Resgates.....	988.039	622.164	(478.164)	-	15.536	1.147.575	988.039	
Provisão para Resgates de Títulos Antecipados.....	120.966	365.093	(346.819)	-	419	139.659	120.966	
Provisão para Resgates de Títulos Vencidos.....	80.406	153.479	(137.471)	-	113	96.527	80.406	
Provisão para Resgates	1.189.411	1.140.736	(962.454)		16.068	1.383.761		
Provisão para Sorteio a Realizar.....	72.051	106.414	(84.211)	-	2.990	97.244	72.051	

12. PROVISÕES JUDICIAIS

A Sociedade possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores disponíveis para resgates de títulos de capitalização, e a causas trabalhistas, originadas, principalmente, por questionamentos quanto às obrigações trabalhistas, relativas a horas extras, a equiparação salarial e a vínculo empregatício e a causas tributárias, originadas por questionamentos quanto aos acréscimos moratórios sobre encargos sociais, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de Perda	2010			2009		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
	Provável.....	130	1.336	1.336	102	1.387
Possível.....	88	1.490	-	125	1.171	-
Remota.....	17	3.704	-	25	6.901	-
Total.....	235	6.530	1.336	252	9.459	1.387

Probabilidade de Perda	2010			2009		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
	Provável.....	18	759	759	8	689
Possível.....	42	2.824	-	43	1.685	-
Remota.....	12	1.652	-	17	2.004	-
Total.....	72	5.235	759	68	4.378	689

Probabilidade de Perda	2010			2009		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
	Provável.....	-	-	-	-	-
Possível.....	36	19.705	-	32	17.892	-
Remota.....	1	9	-	1	8	-
Total.....	37	19.714	-	33	17.900	-

Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão dos processos judiciais:

	2010	2009
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.387	689
Provisões Adicionais.....	862	50
Provisões Baixadas.....	(883)	(55)
Provisões Ajustadas (*).....	(30)	75
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.336	759

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou monetária.

Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	2010	2009
Cíveis.....	14	2
Trabalhistas.....	24	23
Fiscais.....	12.338	9.878
Outros.....	1	1
Total.....	12.377	9.904

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais:

Questionamentos Fiscais	Instâncias	Probabilidade de Perda
PIS - Obrigação de Recolhimento sobre suas receitas operacionais brutas...	STF	Possível
PIS - Majoração da Alíquota EC nº 10/96 até 06/1996 e, posteriormente, MP nº 1537/97.....	TRF 3ª Região	Possível
Créditos de PIS/COFINS - Lei nº 9.718/1998, para compensar qualquer tributo da SRF.....	TRF 2ª Região	Possível
Execução Fiscal de alegado débito de IRF/PIS/COFINS.....	1ª	Possível
CSLL - Majoração da Alíquota - Lei nº 11.727/2008.....	STF	Possível

A Sociedade vem questionando por meio do Mandado de Segurança nº 98.0022231-6, a cobrança do PIS incidente sobre suas receitas brutas operacionais auferidas a partir de julho de 1997, inclusive. Essa incidência foi introduzida pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 01, de 01 de março de 1994, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 17, de 22 de novembro de 1997. A probabilidade de perda é considerada: (i) remota para o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 a março de 1998 e (ii) possível para o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais, auferidas a partir de março de 1998. A Sociedade realizou depósitos judiciais referentes aos períodos de competência entre julho de 1997 e janeiro de 1999 no montante total atualizado até 31 de dezembro de 2010 de R\$1.775 (R\$1.715 em 31 de dezembro 2009), registrado na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", quando passou a recolher o PIS e a COFINS de acordo com a Lei nº 9.718/98. Foi impetrado pela Sociedade Mandado de Segurança nº 95.0038972-0 questionando a exigência da contribuição para o PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas no período de junho de 1994 a junho de 1995, inclusive nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma (ECR) nº 1/94. Foram efetuados depósitos judiciais, com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário no montante atualizado de R\$3.807 em 2010 (R\$83 em 2009). A probabilidade de perda é possível, aguardado decisão em 2ª instância. Foi impetrado pela Sociedade Mandado de Segurança nº 2004.51.01.011503-8 pleiteando a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pago nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questionar a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98, a partir desta data. Foram efetuados depósitos judiciais no montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$73 (R\$69 em 31 de dezembro de 2009) para suspender a exigibilidade destes tributos. A Sociedade mantém a provisão no montante de R\$6.416 (R\$4.260 em 2009), registrada na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. A probabilidade de perda é possível, tendo em vista a proposta de enunciado de Súmula vinculante editado pela Comissão de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que considera inconstitucional o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98. O processo nº 2004.51.01.531870-1 refere-se a Execução Fiscal de alegado débito de IRRF / PIS / COFINS (obrigações acessórias - DCTF), estando o rito na primeira instância da Justiça Federal, classificado por nossos advogados externos como de perda possível, garantido por fiança bancária. A Sociedade impetrou Mandado de Segurança, autuado sob o nº 2008.51.01.028029-4, visando garantir seus direitos de não se submeterem ao aumento da alíquota da CSLL, de 9% (nove por cento) para 15% (quinze por cento), instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O Mandado está sendo acompanhado de depósitos judiciais realizados referentes à diferença das alíquotas, no valor de R\$10.376 (R\$7.834 em 31 de dezembro de 2009). A impetração do Mandado visou a priorização das medidas judiciais para que os depósitos judiciais fossem efetuados tempestivamente sem que a Sociedade incorresse em atraso e, consequentemente, assumisse o pagamento de quaisquer acréscimos incidentes sobre os valores devidos. A obrigação legal encontra-se integralmente registrada, inclusive o valor correspondente ao diferencial de alíquota (6%) no total de R\$8.634 na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital subscrito e integralizado é representado por 417.994.227 ações sem valor nominal, sendo 376.127.276 ordinárias e 41.866.951 preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o percentual do capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. **13.2 Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao fim do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76, modificada pela Lei nº 11.638/07. A reserva estatutária é constituída ao fim do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Sociedade, e sua constituição esta sujeita a deliberação da Assembléia Geral. **13.3 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Conforme ata de reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a distribuição de R\$ 76.000 na forma de dividendos, do qual R\$ 60.000 foram debitados à conta de reservas de lucros e R\$ 16.000 à conta de lucros acumulados levantados em 30 de junho de 2010.

Em 2010 e 2009, houve distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 10.849 (R\$ 7.000 em 2009). Os referidos juros, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, foram registrados sob a rubrica "Despesas Financeiras" nas demonstrações do resultado, sendo reclassificados para fins de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, para a rubrica "Lucros Acumulados" na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme Circular SUSEP nº 379/08.

JSCP	2010	2009
Capital Social.....	96.525	62.525
Aumento de Capital em Aprovação.....	-	34.000
Reserva de Capital.....	631	631
Reservas de Lucros.....	79.981	76.698
Patrimônio Líquido do Exercício Anterior.....	177.137	173.854
Taxa Efetiva.....	6,125%	6,125%
Juros sobre Capital Próprio.....	10.849	10.648
Juros sobre Capital Próprio Distribuído.....	10.849	7.000
Lucro Líquido antes dos Juros e do Imposto de Renda.....	33.217	104.553
Lucros Acumulados + Reserva de Lucros.....	79.981	76.698
Montante passível de dedutibilidade (50% do maior valor).....	39.991	52.277

13.4 Ajustes de Exercícios Anteriores: A Sociedade reavaliou a base de cálculo dos processos judiciais, atualizações monetárias de natureza tributária e ajustou o saldo contábil desses processos no exercício de 2010. Os ajustes são relativos às diferenças de PIS, COFINS e atualização SELIC correspondente aos períodos de 2005 a 2009 e atualização SELIC da CSLL correspondente ao período de 2008 a 2009. Essas inconsistências foram motivadas substancialmente dos procedimentos adotados sobre alargamento da base de cálculo e atualização monetária do PIS, COFINS e da CSLL, da qual concluímos sobre a necessidade de ajustar a provisão passiva. Assim sendo, os valores correspondentes aos exercícios anteriores foram recalculados e lançados na rubrica de "Ajustes de Exercícios Anteriores" no patrimônio líquido, de forma a evidenciar que o erro é de competências anteriores, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Apresentamos abaixo, os impactos de tais ajustes nas demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	ATUÁRIO	CONTADOR
Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga Conselheiros: Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Soares	Diretor Presidente: Maria Sílvia Bastos Marques Diretores: Mário José Gonzaga Petrelli Marcio Santiago Câmara (em aprovação) Luciano Snel Corrêa	Vânia Brasil Simões MIBA nº 678	Carlos Alberto dos Santos Corrêa CRC/RJ nº 52.009/O-5

Descrição	2009 Publicado	Ajustes	2009 Reelaborado
ATIVO.....	1.620.663	698	1.621.361
NÃO CIRCULANTE.....	303.620	698	304.318
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	207.352	698	208.050
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER.....	13.619	698	14.317
Créditos Tributários e Previdenciários.....	3.715	698	4.413
PASSIVO.....	1.620.663	698	1.621.361
NÃO CIRCULANTE.....	14.166	1.745	15.911
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	14.166	1.745	15.911
CONTAS A PAGAR.....	12.090	1.745	13.835
Outras Contas a Pagar.....	9.791	1.745	11.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	188.760	(1.047)	187.713
Lucros Acumulados.....	-	(1.047)	(1.047)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

	2010	2009
Patrimônio Líquido.....	173.079	188.760
Participação Coligadas e Controladas - em Empresas Financeiras 100%.....	(87.473)	(82.617)
Participação Coligadas e Controladas - em Empresas não Financeiras 50%.....	(921)	(874)
Despesas Antecipadas.....	(27.750)	(40.551)
Marcas e Patentes.....	(111)	(111)
Ativo Diferido.....	(112)	(243)
Patrimônio Líquido Ajustado	56.712	63.317

15. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, são como se segue:

	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Dividendos a Receber (a Pagar)	Juros sobre o Capital Próprio (Despesas)	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos (Pagos)
Icatu Seguros S.A.....	(11.961)	12.454	-	(10.849)	(140.590)
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência.....	(3)	(3)	-	-	-
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	28.357	-	27.289
Administradores.....	(1.702)	(3.163)	-	-	-
IHPrev Fundo de Pensão.....	-	(425)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(13.666)	8.863	28.357	(10.849)	(113.301)
Icatu Seguros S.A.....	(852)	30.148	(55.368)	(7.000)	(7.000)
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	6.822	-	20.033
Administradores.....	(1.905)	(3.762)	-	-	-
IHPrev Fundo de Pensão.....	-	(449)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.757)	25.937	(48.546)	(7.000)	13.033

As operações com as partes relacionadas referem-se basicamente a:
• Venda de títulos de capitalização - Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao cliente da Icatu Seguros S. A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Icatu Seguros S.A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
• Reembolso de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns às sociedades do grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
• Por proposta da administração foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.
• As operações com o IHPrev Fundo de Pensão referem-se as contribuições relativas ao plano de aposentadoria, conforme descrito na nota 16. As contribuições são liquidadas mensalmente, conforme regulamento do plano registrado na Secretaria de Previdência Complementar.
• Os saldos junto aos Administradores da Sociedade referem-se aos honorários recebidos por estes a título de remuneração.

16. PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade de previdência complementar fechada, montam a R\$ 425 (R\$449 em 2009), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Sociedade, destinados a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. Para as contribuições referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foi utilizado fundo previdencial acumulado.

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2010	2009
Despesas de Comercialização	(74.092)	(75.215)
Despesas de Corretagem.....	(53.285)	(46.849)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(17.211)	(20.315)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(3.596)	(8.051)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(789)	4.577
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	(2)	(62)
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	13.100	15.580
Prestação de Serviço Ativo.....	(13.055)	(9.457)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(137)	(800)
Outras Despesas Operacionais.....	(695)	(684)
Despesas Administrativas	(85.154)	(62.468)
Pessoal Próprio.....	(32.488)	(23.518)
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	(127)	(465)
Serviços de Terceiros.....	(24.494)	(16.643)
Localização e Funcionamento.....	(23.103)	(19.179)
Publicidade e Propaganda.....	(4.130)	(1.681)
Outras Despesas Administrativas.....	(812)	(982)
Despesas com Tributos	(8.573)	(8.119)
Impostos.....	(103)	(248)
Provisão para Contingências Fiscais.....	(150)	-
Contribuições.....	(7.501)	(7.441)
Taxa de Fiscalização.....	(816)	(427)
Outras Despesas com Tributos.....	(3)	(3)
Resultado Financeiro	76.267	66.170
Receitas Financeiras	169.659	159.232
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	86.119	94.032
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	30.341	26.836
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	19.122	22.746
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	32.979	14.876
Outras Receitas Financeiras.....	1.098	742
Despesas Financeiras	(93.392)	(93.062)
Atualização Monetária das Provisões Técnicas.....	(77.686)	(69.417)
Juros sobre Capital Próprio (*).....	(10.849)	(7.000)
Títulos de Renda Variável.....	(2.246)	(11.863)
Títulos de Renda Fixa.....	(2.131)	(3.062)
Outras Despesas Financeiras.....	(480)	(1.720)

(*) Calculados com base na variação da TJLP, foram reconhecidos na rubrica "Despesas Financeiras", na demonstração do resultado, sendo reclassificados, para fins de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, na rubrica "Lucros Acumulados" no patrimônio líquido.

18. SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Para proteção de bens do ativo imobilizado e de imóveis alugados, a Sociedade transfere, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro podem ser assim demonstradas:

	Valor da Cobertura	
	2010	2009
Imóveis alugados.....	72.010	55.410
Veículos.....	-	600

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	2009			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações.....	64.280	64.280	84.909	84.909
Juros Sobre o Capital Próprio.....	10.849	10.849	7.000	7.000
Participação nos Lucros.....	(5.244)	(5.244)	(6.443)	(6.443)
Resultado antes dos Impostos	69.885	69.885	85.466	85.466
Juros Sobre o Capital Próprio.....	(10.849)	(10.849)	(7.000)	(7.000)
Equivalência Patrimonial.....	(32.211)	(32.211)	(28.926)	(28.926)
Adição de Tributos com Exigibilidade Suspensa.....	996	996	556	556
Adição de Provisões Indedutíveis.....	10.811	10.472	16.178	16.178
Outras Adições.....	1.936	1.571	2.026	2.026
Exclusão de Reversão de Provisão.....	(7.847)	(9.247)	(21.198)	(24.851)
Outras Exclusões.....	(1.628)	(1.628)	(4.352)	(4.352)
Lucro após as Compensações	31.093	28.989	42.750	39.097
Alíquotas Oficiais.....	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL.....	(7.747)	(4.348)	(10.664)	(5.864)
Incentivos Fiscais.....	205	-	468	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários.....	479	435	(2.490)	(1.27

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Icatu Capitalização S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Capitalização S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 22 de fevereiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade da auditoria com outros auditores independentes; portanto, as demonstrações financeiras da investida direta Caixa Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2009, cujos valores do investimento e do respectivo resultado credor de equivalência patrimonial totalizavam R\$76.718 mil e R\$28.166 mil, respectivamente, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que se referia aos valores desse investimento e do respectivo resultado da equivalência patrimonial, foi baseada, exclusivamente, no parecer daqueles auditores.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Walmir Bolgheroni
Contador
CRC 1SP 139.601/O-9 "S" RJ